

DETERMINAÇÃO E COGNIÇÃO

Clara Nunes Correia

1. Ponto de partida

Os estudos de linguística, ao mesmo tempo que descrevem e analisam as formas disponíveis em cada sistema, assentam essa descrição em propostas metateóricas de forma a delimitar uma compreensão sobre o funcionamento das línguas naturais. Ao definir um conjunto de hipóteses, a linguística constrói os mecanismos abstractos que regulam a produção e o reconhecimento de formas.

No quadro teórico onde me situo (Teoria Formal Enunciativa, doravante TFE) entende-se a actividade da linguagem como uma actividade de produção e de reconhecimento de formas linguísticas. A partir da sub-teoria dos níveis de representação metalinguística propõe-se um modelo de descrição dos factos da língua assumindo-se que o nível textual – ou linguístico – é representante de um primeiro nível a que o linguista não tem directamente acesso: o nível nocional. Será neste nível que às noções – feixes de propriedades físico-culturais – se associam as operações que se evidenciarão no nível textual como marcas gramaticais pertinentes.

A diversidade de formas que podem ser apreendidas nos textos leva a que se associe à formalidade da sequencialidade das formas linguísticas uma não linearidade dos efeitos de sentido que a interrelação das formas desencadeia (Robert 1997: 25) Esta constatação torna-se

evidente quando se analisam algumas questões que se prendem com a construção de categorias gramaticais como a determinação nominal.

Na literatura sobre a determinação nominal existem descrições de línguas que possuem formas diferenciadas de marcação de determinação. Assim, línguas como o português, o francês, o italiano e o inglês utilizam diferentes classes de determinantes (artigos definidos, indefinidos, determinante \emptyset , partitivo, numerais, possessivos, demonstrativos,...) como marcas de determinação nominal. As línguas sem artigo, como o japonês, o coreano ou o mandarim, evidenciam a determinação nominal através de classificadores, ou através da ordem das palavras, ou, ainda, através de processos morfológicos como a sufixação ou a prefixação.

Se se tiver em conta esta pluralidade de formas de marcação de determinação nominal pode-se dizer que a importância da diferenciação classificatória dos determinantes em classes é praticamente nula. A análise tradicional da determinação, incidindo sobre as classes de determinantes, prende-se, de uma maneira geral, com uma visão de classificação superficial de unidades que só é estabilizada a partir da definição de operações subjacentes a cada uma dessas marcas.

A proposta teórica-metodológica onde se baseia este trabalho parece, assim, suportar a hipótese de que mais pertinente do que discutir as classificações tradicionais, é mostrar os valores das diferentes formas que a determinação nominal manifesta nas diferentes línguas, aceitando-se que, quando existentes, os determinantes são marcadores de operações.¹ Deste modo, a análise linguística da determinação nominal terá que "(...) optar pela construção de um modelo de análise construído a partir de observações teorizadas da descrição minuciosa de diferentes línguas. Dever-se-á estudar as propriedades gerais, independentes das condições locais, os sistemas operatórios para além da diversidade dos marcadores (...)". (Culioli 1976: 36)

Se se entender que a determinação nominal é definida a partir de "um conjunto de operações elementares" (Culioli [1975] 1999: 38) verifica-se que o valor dos determinantes, em qualquer língua, ultrapassa a diferença morfológica aceite tradicionalmente entre artigos (ou determinantes)² definidos e indefinidos, demonstrativos ou outros.

¹ "(...) a linguagem, enquanto actividade significativa de representação, só é acessível através dos textos, isto é, do agenciamento de marcadores: estes agenciamentos são as marcas das operações" (Culioli 1976: 36).

² A diferença entre artigos e determinantes não é pertinente para a TFE. No entanto, na

Para a TFE as operações de identificação-qualitativa (fléchage), e de extracção são as operações centrais para a análise da determinação nominal, encontrando-se em Culioli definidas estas operações tendo em conta que “(...) o objectivo [de uma definição preliminar de operações fundamentais que incidem sobre as categorias de determinação e de quantificação / qualificação] é o de se mostrar como, a partir da observação, (...) se pode construir uma categoria gramatical (no sentido de produzir uma representação metalinguística explícita), sem nos fixarmos na definição ou de determinantes produtivos numa determinada língua, como acontece, por exemplo, com o conceito de ‘artigo definido’, ou de operadores lógicos, tais como o operador ‘iota’ (Russel) ou ‘epsilon’ (Hilbert e Bernays). (...)” (Culioli [1975] 1999: 38).

2. Os determinantes em português europeu: um caso de estudo

2.1. a operação de determinação e os operadores de determinação

Na análise da distribuição dos determinantes nominais em português verifica-se que, à semelhança do que acontece nomeadamente com a generalidade das línguas românicas, os determinantes se agrupam em classes morfológicas cuja função será a de especificar o Nome. As classes de artigos definidos, indefinidos, numerais, demonstrativos, possessivos, interrelacionam-se com os diferentes Ns, apresentando no português uma distribuição constante, e definindo algumas restrições nos enunciados onde ocorrem³:

a) os SNs que ocorrem quer em enunciados genéricos, quer em enunciados específicos apresentam-se, de uma forma aparentemente indiferente, com qualquer determinante (definido, indefinido, \emptyset ...)

- (1) Um homem não chora / O homem chegou à lua / Vi um homem no jardim / Vi o homem no jardim / Vi homens no jardim / Homens são homens

literatura, encontra-se sistematicamente esta oposição. Para autores como Prado Ibán (1993) ou Vater (1986) o conceito de determinante está ligado a uma classe e o conceito de ‘artigo’ a uma sub-classe de determinantes. Anscombe (1986a) e (1986b), por seu lado, refere que o ‘determinante’ é uma categoria da Estrutura Profunda de uma dada língua, enquanto que o artigo é a marca de superfície dessa categoria.

³ Estas restrições foram aprofundadas em Correia 2002.

b) os numerais ocorrem preferencialmente com nomes discretos, mas podem coocorrer também com nomes não-discretos, em contextos muito restritos:

(2) Tenho duas casas / Ontem bebi duas águas / Tive duas alegrias quando o encontrei

c) os demonstrativos *este/ esse/ aquele* não coocorrem, regra geral, *com* o ou *um*:

(3) Vês esta casa? / Essa alegria é contagiante / Aquele livro é interessante

d) os indefinidos (ou quantificadores), como *outro*, podem coocorrer com qualquer determinante

(4) Um outro caso de estudo é o caso das baleias / O outro rapaz chegou atrasado / Dá-me outro livro da estante.

e) os possessivos coocorrem com os demonstrativos e com os artigos definidos. Exceptuam-se os casos de enunciados com SNs vocativos em que os possessivos podem ocorrer sem qualquer determinante:

(5) Esta tua proposta é um desastre / Ouvi o teu cão ladrar / Meu filho!

Ao dar-se conta da diversidade de exemplos como os apresentados acima, pretende-se, a partir dos determinantes em presença, reconstruir as operações de determinação nominal, tendo sempre presente a totalidade do enunciado onde os determinantes ocorrem.

Assim, se se partir do exemplo clássico:

(6) Comprei um livro. O livro tinha a capa rasgada.

verificamos a presença de pelo menos duas operações de determinação nominal: a operação de extracção e a operação identificação-qualitativa (fléchage). Cada uma dessas operações tem, neste exemplo, um marcador diferenciado:

- (i) *um* é a marca da operação de extracção. Neste caso o operador Qnt é preponderante em relação a Qlt.
- (ii) o artigo definido é a marca da operação de identificação qualitativa. – o operador qualitativo Qlt é activado, sendo preponderante em relação ao operador quantitativo (Qnt);

Reafirmando-se o princípio teórico de que nos textos não há termos isolados, através do localizador abstracto ($\underline{\epsilon}$), as ocorrências da noção /livro/, determinadas quer pelo indefinido *um*, quer pelo definido *o*, são o resultado de uma localização em relação à Situação de Enunciação. A análise proposta para o português é válida para todas as línguas, mesmo as que não possuem a marca morfológica de determinante.

2.2. o determinante \emptyset

Quando se observam textos do português europeu é frequente verificar-se que existe a possibilidade da ocorrência de SNs sem determinante. Essa ausência de marca foneticamente realizada tem sido tratada na literatura apenas como uma ausência de determinante. As gramáticas omitem a sua existência analisando os casos em que não há determinante expresso como omissão dos artigos (definidos, indefinidos, ou do partitivo), ou dão conta da sua existência como determinante de Ns que ocorrem em casos especiais (títulos de jornais, ‘expressões fixas’, provérbios etc.).

No entanto a análise dessa hipótese parece levar a alguns paradoxos, sobretudo quando não é totalmente clara a razão que suporta essa intersubstituição, ou o privilégio desses casos especiais. Assim, e por defender que a ausência de marca foneticamente realizada é representante de operações diferenciadas das operações que outros determinantes representam, proponho-me, neste ponto do trabalho, encontrar os valores dessa não realização, procurando mostrar a inevitabilidade de se acrescentar à lista dos determinantes do português um novo determinante – o determinante \emptyset .

Os exemplos

- (7 a) Fernando Pessoa marcou a poesia portuguesa / Leio Fernando Pessoa com prazer
- (7 b) Homens são homens

- (7 c) Chegam aviões a toda a hora
(7 d) Comi bolo ao almoço / Comi bolos ao almoço
(7 e) Perdi livros pelo caminho

ajudam-nos a verificar que, apesar de o estudo deste determinante não ter sido considerado nas gramáticas do português europeu, parece evidente que a ‘ausência’ de um determinante a anteceder os Ns em diferentes enunciados, merece um estudo que ultrapasse a constatação da sua não-existência.

A delimitação da existência (e do valor) do determinante \emptyset deverá ser feita tendo em conta propostas que partam de hipóteses consistentes de aceitação de um determinante, que sem ter realização fonética, possa interferir na construção do valor referencial dos SNs, definidos como sintacticamente simples.⁴ É esta, por exemplo, a posição de Anscombre (1990), que defende para o francês a existência de um determinante \emptyset .⁵

Na perspectiva enunciativa, o seu valor advém-lhe, por um lado, das operações de determinação e, por outro, da operação de localização abstracta que localiza cada enunciado com os parâmetros enunciativos (S_0 e T_0): “(...) a ausência de marca é o vestígio (...) da forma como o enunciador pode escolher a localização dos objectos linguísticos em relação quer ao contexto, quer à Situação de Enunciação tendo em conta as restrições impostas ao nível da relação predicativa [subjacente a cada enunciado] (...)” (Mazodier 1997: 98).

Se tomarmos como referência alguns trabalhos desenvolvidos, como os trabalhos de Fuchs & Léonard (1980), Bouscaren *et al.* (1984) e Mazodier (1997), poderemos distinguir os diferentes valores deste determinante. Como ideia fundamental poder-se-á defender que o determinante \emptyset marca um reenvio da ocorrência à noção, tendo um valor essencialmente qualitativo, isto é, em que Qlt é activado em relação a Qnt.

⁴ Sobre esta denominação ver, entre outros, Santos (1997).

⁵ “(...) il y a en français contemporain un article zéro (...) Selon cette hypothèse, il doit être ajouté à la liste traditionnelle des déterminants. De plus, cela signifie que le français a toujours eu un article zéro: cependant, si l’on se réfère aux étapes antérieures du français, la fonction de cet article zéro a varié diachroniquement parlant. Cet article zéro se manifeste par une absence de déterminant en surface; c’est un tel article qui est en particulier présent dans les ‘locutions verbales (comme *faire allusion, donner ordre, obtenir réparation, prendre congé...*) (...)” (op.cit.: 273).

Determinação e Cognição

As propostas para uma definição do determinante \emptyset encontram na análise dos estudos sobre a genericidade dos enunciados alguns pontos que importa reter. Se se analisar o exemplo ‘homens são homens’ (ex. 7 b) verifica-se que é o valor genérico do enunciado em causa que permite quer na posição pré-verbal, quer na posição pós-verbal a existência de Ns sem marcas de determinante, sublinhando-se o facto de, neste exemplo, haver uma interdição de coocorrência de outros quaisquer determinantes sem que esse valor genérico possa ser alterado, como se torna evidente nos exemplos seguintes

(7 b')?Os homens são os homens

(7 b'')?Uns homens são uns homens

Parece, assim, ser evidente que o determinante \emptyset , em enunciados como (7 b), é o único determinante que permite que se active uma operação diferente da operação de extracção ou da operação de identificação-qualitativa – a operação de percurso. Ao percorrerem-se todas as ocorrências da noção /homem/ sem que haja possibilidade de se fixar o valor de qualquer dessas ocorrências, todos os elementos da classe são, topologicamente, equidistantes em relação a um centro atractor havendo uma total identificação entre a classe de ocorrências da noção e a noção.

As restrições que podem ser encontradas na coocorrência deste determinante com nomes com propriedades semânticas diferentes obriga a uma delimitação da totalidade dos valores e das relações que se definem não só em relação ao N, mas à totalidade do enunciado. Este é o caso da coocorrência do determinante \emptyset com Ns discretos que ocupam uma posição de sujeito [\pm plural]. Nestes casos verificou-se que só haveria possibilidade de coocorrência deste tipo de Ns com o determinante \emptyset em situações específicas, como por exemplo em títulos de imprensa, em provérbios ou em construções afins.

Assim, são perfeitamente aceitáveis sequências como

(8 a) Avião [misterioso] sobrevoa Paris

(8 b) Aviões sobrevoam Paris

(8 c) Tremor de terra sente-se em Lisboa

(8 d) Cão que ladra não morde

(8 e) Cães que ladram não mordem

A possibilidade de se substituir o determinante \emptyset por qualquer outro determinante (sobretudo o indefinido) existe em qualquer das construções, à excepção de (8 e) que só permite que \emptyset seja substituído pelo definido [+plural]. Por outro lado, e de acordo com A.C.M. Lopes (1992: 110 e segs.), exemplos como (8 d), pelo facto de possuírem um modificador nominal – regra geral uma relativa restritiva – não obriga a que esses modificadores delimitem “(...) um conjunto específico de objectos, uma vez que não implicam uma localização espaço-temporal do referente. (...) [devendo essas orações relativas ser interpretadas como] relativas não especificadoras⁶. (...)” (ibidem). É com base nesta restrição que se inviabiliza a hipótese de as construções proverbiais com a estrutura “(...) [(Det) N que V] SV]] derivarem de uma estrutura semântica do tipo ‘Se SN SV₁, então SN SV₂’ (...)” (idem: 111), estrutura que caracteriza os SNs genéricos, conferindo-lhes uma interpretação de quantificação universal. Como facilmente se deduz, o valor de quantificação universal é o valor manifestado pela operação de percurso apresentada acima, mantendo-se, também neste caso, válida a hipótese do valor do determinante \emptyset .

A possibilidade de substituição de \emptyset por outros determinantes obriga a que os valores das operações implicadas sejam, naturalmente, diferentes, o que não parece constituir um ponto importante de discussão já que, e de acordo com a TFE, se poderá afirmar que o definido só ocorre se houver uma identificação qualitativa em relação a um pré-construído, enquanto que o indefinido é marcador de uma operação de extracção ou de falsa-extracção. Note-se que a utilização de quantificadores será necessariamente diferente em (8 a) e (8 b), por um lado, e em (8 d) e (8 e), por outro: o quantificador universal seria mais natural com o segundo grupo de exemplos, graças ao valor genérico dos SNs em causa, enquanto que o quantificador existencial seria mais natural com o primeiro grupo.

Se a partir da observação de um conjunto alargado de exemplos é possível defender que o determinante \emptyset é não só mais frequente, como mais natural, em construções com os Ns não-discretos, os casos apresentados acima mostram que essa coocorrência é igualmente possível com Ns discretos, numa posição pré-verbal, não havendo, aparente-

⁶ A diferença proposta entre relativas especificadoras (*O cão que está a ladrar não morde*) e relativas não especificadoras (*Cão que ladra não morde*) (A. C. M. Lopes (op.cit.: 110)).

mente, qualquer bloqueio em relação à categoria número. Como hipótese justificativa, e contrariando o que habitualmente se defende, recorrerei a Fuchs & Léonard (1980) de forma a demonstrar que é o funcionamento dos Ns⁷ que permite, de facto, construções como as exemplificadas em (8), não sendo marginais em relação ao funcionamento de todas as outras construções com determinante \emptyset .

A proposta de Fuchs & Léonard (1980), centrada nas operação de localização abstracta, tem como objectivo a construção de propriedades sobre um determinado enunciado, mostrando que, sempre que \emptyset permite que haja substituição por outro determinante, existe uma interacção entre fenómenos predicativos e enunciativos (op.cit.: 2), tendo o determinante \emptyset um valor essencialmente qualitativo. O valor quantitativo deste determinante verifica-se quando o N apresenta um funcionamento não-discreto. Por outro lado, a operação de localização abstracta desencadeia um valor de autolocalização em enunciados com os Nprs com determinante \emptyset , incluindo-se neste grupo, por extensão, os Ns que ocorrem em posição pré-verbal (exemplificados em (8)).

Ao analisarem as construções com determinante \emptyset , contrastivamente em inglês e francês, Fuchs & Léonard (1980) tornam evidente que os Ns determinados por \emptyset , mesmo quando discretos, poderão ter um funcionamento compacto ou denso. Qualquer N denso ao ser localizado numa relação predicativa desencadeia uma quantificação (o que permite, por exemplo, que em (8 a) ou (8 b) o determinante \emptyset possa ser substituído por qualquer outro determinante).

No entanto, com Ns compactos, a localização abstracta é exclusivamente qualitativa. É esta a razão por que em (8 d) e (8 e) a operação desencadeada é a operação de percurso, caracterizadora dos enunciados genéricos.

⁷ Esta hipótese é contrariada por Bouscaren *et al* (1984), que defendem que nas construções com \emptyset haverá sempre uma marca de não-quantificação e de não-qualificação: “(...) l'article zéro n'opère ni quantification, ni qualification de l'objet. Il a pour unique fonction d'être marqueur de l'opération de renvoi à la notion, définie comme le degré de détermination minimal (...)” (op.cit.: 126) Esta tese apoia-se em Boulle (1978) que defende que – ‘ \emptyset - \emptyset is basically non-situational’. This is why the primary expression of general statements in English uses the zero-article –, (citação feita por Bouscaren *et al.*, *ibidem*).

3. Valores e marcadores: interacção entre cognição e linguagem

No debate existente à volta do papel da linguística como disciplina que interage – ou mesmo se integra – com [/ nas] as ciências cognitivas encontram-se algumas posições divergentes: ou existe uma dependência lógica – o caso dos modelos generativos, por exemplo – ou uma relação de interacção. As propostas de Culioli podem ser integrados nesta última hipótese.

Ao entender a linguagem como actividade não autónoma inerente ao ser humano, Culioli define a cognição como uma problemática humana que também não é autónoma em relação à linguagem. Esta interacção permite entender que a delimitação do objecto de estudo da linguística não passe pela análise de uma dada língua enquanto sistema estruturado de signos linguísticos, mas pela construção de enunciados onde existem marcas relevantes para a construção desse enunciado. (de Vogüé 1992: 99-100).

Sendo a actividade epilinguística o resultado dos ajustamentos entre os níveis 1 (nível nocional) e 2 (nível textual) operada pelos enunciadores e co-enunciadores como produtores e reconhecedores de formas linguísticas, o lugar da linguística – e dos linguistas – assentará nesse plano de ajustamentos construindo modelos que sejam adequados a essa actividade.

A produtividade dessa proposta metodológica e epistemológica emerge sobretudo do modelo construído pela própria teoria. Aurox (1992), por exemplo, reforça-a ao defender que, neste programa de trabalho, não existe dualidade entre pensamento e linguagem: as operações mentais não se dissociam das representações linguísticas, elas coincidem no nível metalinguístico sendo o enunciado não uma representação, mas o resultado de representações.

É neste sentido que devem ser entendidas as propostas feitas anteriormente sobre os marcadores de determinação nominal. Ao associar-se o conceito de marcador ao conceito de discernibilidade proposto por Aurox (1992: 46), de acordo com restrições (em que duas formas diferentes correspondem a duas operações diferentes, podendo essas formas apresentarem o mesmo valor; e em que se uma mesma forma, em contextos diferentes, apresenta valores diferentes é porque essa forma é marcadora de operações diferentes) pode-se defender que toda a representação metalinguística do enunciado é construída como um todo. Ao propor-se uma inter-relação entre ter-

mos definem-se simultaneamente os valores desses termos e as operações que lhes são subjacentes.

Referências Bibliográficas

Anscombre, J.-C.

1986a “Article zéro, termes de masse et représentation d’événements en français contemporain”, in J. David & G. Kleiber 1986 (eds) *Déterminants: syntaxe et sémantique*, Paris, Klincksieck: 5-34.

1986b “Article zéro en français: un imparfait du substantif?”, *Langue Française* 72: 4-39.

1990 “Article zéro et structuration d’événements” in M. Charolles, S. Fisher & J. Jayez 1990 (eds) *Le discours*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy: 265-301.

Auroux, S.

1992 “La philosophie linguistique d’Antoine Culioli” in A. Culioli et al. 1992 *La théorie d’Antoine Culioli. Ouvertures et incidences*, Paris, Ophrys: 39-59.

Boulle, J.

1978 *Sur les opérations des noms* (texto policopiado).

Bouscaren, J. et al.

1984 “Quelques réflexions sur l’article zéro (\emptyset – \emptyset)” in *Cahiers de Recherche en Grammaire Anglaise* (II), Paris, Ophrys: 113-149.

Correia, C. N.

2002 *Estudos de Determinação: a operação de Quantificação-Qualificação em Sintagmas Nominais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Culioli, A.

[1975]1999 “Notes sur ‘détermination’ et ‘quantification’: définition des opérations d’extraction et de fléchage”, in A. Culioli et al. 1999 *Pour une linguistique de l’énonciation* (3), Paris, Ophrys: 37-48.

1976 “Comment tenter de construire un modèle logique adéquat à la description des langues naturelles” in J. David & R. Martin (eds) 1976 *Modèles logiques et niveau d’analyse linguistique*, Paris, Klincksieck, 35-47.

Fuchs, C. & A. M. Léonard

1980 “Éléments pour une étude comparée du déterminant zéro en anglais et en français” in *Opérations de détermination. Théorie et description*, Paris, Université de Paris 7, DRL: 1-45.

Lopes, A.C.M.

1992 *Texto proverbial português. Elementos para uma análise semântica e pragmática*. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (não publicada).

Mazodier, C.

1997 “ø Guests bolted for the cover of the house: Détermination en ø-s de l’argument sujet dans un énoncé de type événement” in L. Danon-Boileau & J.-L. Duchet 1997(eds) *Opérations Énonciatives et Interprétation de l’Énoncé*, Paris, Ophrys: 135-154.

Prado Ibán, E.

1993 “Los determinantes nominales en español: combinatoria y distribución” in *Actes du XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Zurich 1992: 267-278.

Robert, S.

1997 “Variation des représentations linguistiques: des unités à l’énoncé” in C. Fuchs & S. Robert 1997 (eds) *Diversité des langues et représentations cognitives*, Paris, Ophrys: 27-39.

Santos, N.V.

1997 *Os sintagmas nominais simples: para uma análise comparada do Português, Francês e Inglês*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (não publicada).

Van de Velde, D.

1994 “Le défini et l’indéfini”, *Le Français Moderne* XII (1): 11-35.

Vater, H.

1986 “Déterminants et quantificateurs” in J. David & G. Kleiber (eds) *Déterminants: syntaxe et sémantique*, Paris, Klincksieck: 283-298.

Vogüé, S.

1992 “Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration”, *LINX* 26: 77-108.